



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR**

**ANEXO I DO EDITAL N.º 049/2019  
PADRÃO DE CORREÇÃO DA PROVA DE PRÁTICA PROCESSUAL  
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 023/2019**

**NÍVEL SUPERIOR**

**CARGO: AGENTE PROFISSIONAL – ADVOGADO**

**PEÇA PRÁTICA PROCESSUAL**

**Amélio Amelindo, engenheiro civil inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – CREA/PR, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, há quatro anos deixou de recolher a anuidade cobrada pelo referido conselho. Assim, o débito decorrente da inadimplência dessas anuidades gerou uma dívida de R\$3.000,00 (três mil reais), devidamente inscrita em Certidão de Dívida Ativa de nº 1245. Diante disso, atuando como advogado do CREA/PR, elabore a peça processual pertinente ao caso acima, com a devida fundamentação legal, a fim de cobrar as anuidades inadimplidas.**

**ESPELHO:**

Para a prova de prática processual, conforme caso apresentado e orientações, espera-se que o candidato elabore uma petição inicial de execução fiscal, referente à matéria de Processo Judicial Tributário, em Direito tributário, consoante conteúdo programático do concurso. Para tanto, deve-se utilizar como embasamento legal a Lei nº 6.380/80, legislação específica para cobrança judicial de dívida ativa. Além de ser conteúdo exigido para esta prova, a referida peça processual é amplamente utilizada no CREA. Assim, segue o espelho:

<b>Itens a serem avaliados</b>	<b>Conteúdo/descrição</b>	<b>Valor</b>
Tipo de peça processual	Petição Inicial de Execução Fiscal.	10,00
Endereçamento	A peça deve ser endereçada ao juiz federal da subseção de Curitiba, Seção do Paraná, sem indicar qual vara federal, tendo em vista que se deve aguardar a distribuição. A competência deve ser da Justiça Federal, tendo em vista que o CREA é autarquia federal.	30,00
Polo ativo/exequente	CREA/PR e qualificação da parte.	
Polo passivo/executado	Amélio Amelindo e qualificação da parte.	
Fundamento legal da ação	Lei nº 6.830/80 (cobrança judicial de dívida ativa) e Lei nº 5.194/66.	
Argumentos a serem usados	A argumentação deve versar sobre a Certidão de Dívida Ativa, título executivo base para a demanda, qual seja, executar dívida contraída pelo executado (quatro anuidades inadimplidas).	
Pedido/requerimentos	Recebimento da ação e determinada a citação do executado para pagar a dívida, acrescida de juros de mora, e demais encargos, ou nomear bens à penhora, sob pena de penhorarem tantos bens quanto bastem para garantir a execução, conforme art. 9º e seguintes da Lei nº 6.830/80. Deve conter no pedido, outrossim, a condenação do executado no valor da dívida atualizada, mais custas e honorários advocatícios.	30,00
Finalização da peça processual	No final da peça deve conter o valor da causa, pedido de deferimento da peça, local, data e assinatura.	10,00
Desenvolvimento da redação	Utilização correta da terminologia da área. Capacidade argumentativa. Sequência lógica do pensamento.	20,00